



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Crise, democracia formal e lutas populares: pistas da teoria social marxista

Milton Pinheiro

Como citar: PINHEIRO, Milton. Crise, democracia formal e lutas populares: pistas da teoria social marxista. *In:* PINHEIRO, Jair (org.). **Marx:** crise e transição: contribuições para o debate hoje. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 107-126.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-597-1.p107-126>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CRISE, DEMOCRACIA FORMAL E LUTAS POPULARES: PISTAS DA TEORIA SOCIAL MARXISTA¹

Milton Pinheiro

“Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”². (LAMPEDUSA, 1979, p. 40).

INTRODUÇÃO

A crise do capital tem estimulado um conjunto de medidas que são usadas pela burguesia com a perspectiva de encontrar meios, formas e caminhos, mais rápidos, para praticar expropriações com o intento de resolver os problemas de revalorização do capital com a conseguinte extração de mais-valia. Trata-se, para os capitalistas, da única forma de resolver a crise de carácter sistêmico em que o capitalismo se encontra engolfado.

Ao lado desse processo que tem tido profunda repercussão sobre a sociabilidade dos trabalhadores, a juventude tem se confrontado, também, com a ausência de emprego e outras particularidades expressas em denotam péssimas condições para o deslocamento urbano, falta de equipamentos públicos para lazer e a constante violência do Estado da democracia formal. O cenário hodierno da mais completa falta de perspectiva para a juventude e o proletariado, em particular a juventude e os trabalhadores

¹ Este artigo se apropriou de pontos gerais que levantei em outros textos desenvolvidos durante o ano de 2013 sobre a crise do capital, a convulsão social, o espaço da democracia formal, a questão das lutas populares, os aspectos velozes da conjuntura política, o papel da vanguarda e alguns aspectos de práticas neofascistas.

² Notável frase dita por Tancredi para seu tio, o príncipe Salina, no romance *O Leopardo*. Lampedusa (1979, p.40).

precarizados, tem sido um dos fatores que contribuem para as mobilizações populares.

Este artigo tem por objetivo analisar questões que se apresentam com regularidade na atual conjuntura política, particularmente a partir da longa crise do capital, das lutas proletárias e populares que convulsionaram o Brasil durante o mês de junho de 2013, e que se mostram ainda com fôlego para questionar as contradições que são perenes na sociedade contemporânea, dentro da democracia formal.

Um ponto de inflexão que se apresentou como novidade nessa conjuntura veloz foi a movimentação dos segmentos proletários, impactados pela crise do capital, sem a presença dirigente das clássicas formas de vanguarda política, organizando-se pelo papel assoberbado das *Redes de Contágio*³ como forma difusa e líquida de organização coletiva. Essas redes (contágio) de mobilização agem pela sobrevivência de setores reacionários e por medidas do Estado da democracia formal. Exercitam e cumprem funções perigosas e, por vezes desviantes, que tornam imprevisíveis as movimentações sociais que são ofuscadas pela cena política dentro do processo complexo em curso.

Ao lado deste amplo panorama, que pode se tornar um importante programa de pesquisa - que ainda precisa de respostas concretas - apresentam-se ações que são orientadas por uma cultura reacionária e que operam na sociedade tardo-capitalista de consumo dirigido, que podem ser qualificadas como posturas e comportamentos de uma prática neofascista.

A crise sistêmica desse modelo societal tem movimentado o bloco conservador, nem sempre compacto, numa cruzada pela revalorização do capital, através de expropriações que radicalizaram o processo social por meio da retirada de direitos sociais e se consolidaram nas medidas e práticas das condutas autoritárias, discricionárias e policiaescas do aparelho de Estado da burguesia na organização do seu regime político, como sendo o

³ Facebook, twitter, Instagram, internet e outras formas líquidas de comunicação/convencimento ideológico. Todavia, não estamos entrando no mérito de meios que estão celeremente surgindo em várias partes dos EUA e Europa com essas mesmas finalidades. Trata-se de instrumentos de relações sociais que congregam duas perspectivas: primeiro, criar um mundo virtual de convívio social que, entre outros papéis, possa colapsar a solidão das multidões e segundo, disputar com as tradicionais formas de vanguarda a direção política as convulsões sociais (formas desarticuladas de movimentação sociais), tentando descolar as massas proletárias de qualquer vinculação com o operador político da longa tradição da esquerda (partidos e movimentos).

conjunto das condições sobre as quais, num tipo particular de Estado e dentro dos limites estabelecidos pela forma de que este se reveste, se desenvolve a ação (partidária, faccional) da classe dominante, com vistas a participar, juntamente com os funcionários estatais, do processo de implementação da política de Estado. (SAES, 1987, p. 89).

Todavia, os diversos segmentos, que de forma organizada ou não, integram o bloco contra-hegemônico, têm se movimentado para enfrentar o projeto da contrarrevolução burguesa que se evidencia na lógica da barbárie e que é apontada pela ação do capital. São ainda formas incipientes de enfrentamento que, no entanto, começam a mobilizar contingentes que são cada vez mais expressivos de trabalhadores e juventude por bandeiras da cidadania difusa, mobilizados pela tática da luta direta.

Contudo, uma questão pode desvelar e impactar a conjuntura em curso que é marcada pela velocidade dos dissensos políticos: a imprevisibilidade da direção que pode tomar a cena política, transformando-a em uma disputa em aberto que pode alterar a correção de forças.

Portanto, para tentar entender esse processo histórico-político de crise sistêmica, é necessário se utilizar de algumas categorias explicativas da teoria social marxista para que elas possam iluminar as pistas e desvelar os caminhos.

CARACTERÍSTICAS DA CRISE, DO PODER POLÍTICO E DAS NOVAS LUTAS

As movimentações proletárias e as lutas populares que ocorreram pelas ruas do Brasil no mês de junho de 2013 e que continuam, com menos intensidade, por outros meios, têm movimentado a política brasileira. Essa conjuntura de crise preocupa esse governo apassivador, burgo-petista, e coloca em desconforto os negócios da burguesia interna no que diz respeito, principalmente, aos equipamentos da Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas de 2016 e as concessões para explorar os serviços públicos de transportes.

O bloco no poder tem radicalizado seu discurso através dos seus instrumentos midiáticos, com receio de fissuras no Estado capitalista. Afinal,

o Estado capitalista apresenta igualmente, em virtude da sua estrutura específica, e nas suas relações com as classes e frações dominantes, uma particularidade em relação aos outros tipos de Estado. Trata-se do problema do ‘bloco no poder’: o conceito de hegemonia poderá ser útil aqui a fim de situar as relações entre Estado e este bloco.

Constata-se, efetivamente, no caso deste tipo de Estado, uma relação específica entre as classes ou frações a cujos interesses políticos este Estado responde. Isto permite precisamente situar as relações entre as formas de Estado desse tipo e a configuração típica que esta relação apresenta entre as classes e frações dominantes num estágio de uma formação capitalista. (POULANTZAS, 1971a, p. 60).

Esse conjunto complexo de mobilizações e lutas populares trouxe novas pautas que começam incidir sobre o percurso da luta de classes. A jornada de luta direta da juventude com a presença massiva de amplos setores do proletariado, que se encontram em condições de intensa precarização, registrou uma redescoberta das ruas por estes segmentos que estão sendo profundamente atacados pela crise sistêmica. Essa crise caracterizada pela intensa articulação entre fatores infraestruturais da ordem do capital com mudanças profundas na superestrutura jurídico-política, atinge violentamente a sociabilidade da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, executa ações que têm revelado uma determinada perplexidade da esquerda e, até mesmo, modificado o seu papel histórico (PINHEIRO, 2013).

A crescente insatisfação social da população, embora tendo como ponto de convulsão o aumento das tarifas dos transportes públicos, não foi tão somente pelo aumento das tarifas desse serviço. Trata-se da implosão de um ciclo de expropriação social (FONTES, 2010) que tem sido operado até as últimas consequências pelo aparato de Estado da burguesia, na tentativa de regular a vida social - invertendo prioridades sociais - através do mercado e da tentativa de remuneração do capital em sua crise sistêmica.

A movimentação da juventude e dos trabalhadores, atacados por esse ciclo, gerou um horizonte de ação que pode contribuir, se politizado e unificado no campo da vanguarda, para movimentar amplos setores do bloco que se contrapõe à ordem capitalista, apesar de seu sistema jurídico organizar-se de forma a que não se perceba o seu caráter de classe.

O sistema jurídico moderno, distinto da regulamentação feudal fundada nos privilégios, reveste um caráter ‘normativo, expresso num conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios de liberdade e igualdade: é o reino da ‘lei’. A igualdade e a liberdade dos indivíduos-cidadãos residem na sua relação com as leis abstratas e formais, as quais são tidas como enunciando essa vontade geral no interior de um ‘Estado de direito’. O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade, como substancializando a vontade desse ‘corpo político’ que seria a ‘nação’ (POULANTZAS, 1971a, p. 133).

A pauta das lutas em curso colocou na cena política a movimentação da cidadania difusa com razoável força política para enfrentar a imensa retirada dos direitos sociais e contra-atacar a hegemonia burguesa, com propostas que modifiquem o quadro das políticas públicas executadas a partir dos interesses dos governos e da sua relação com o bloco no poder, ou seja, as políticas de saúde, educação, moradia, transportes e segurança pública.

Além das questões imediatas, que dizem respeito às condições de vida dos trabalhadores, estas manifestações demonstram a indignação de amplos setores populares diante dos descabros com as inversões de prioridades dos governos, que operam neste momento de crise, como aliado clássico das frações de classe dominantes da burguesia no bloco no poder.

Como espaço de disputa política, as ruas foram tomadas nas principais capitais e cidades do país. Uma parte significativa da juventude brasileira estreou na dinâmica do protesto por interesses imediatos, mesmo que ainda pautada pela influência da ideologia burguesa disseminada pela mídia – quando questionou a presença da vanguarda política, ou seja, partidos e movimentos com bandeiras universalizantes. Essa postura política conservadora, dirigida pela estrutura ideológica do Regime político, serviu como instrumento para que os grupos reacionários e neofascistas agissem com violência na tentativa de expulsar do espaço de disputa política as organizações de esquerda, bem como manter velada a cena política.

Em O Dezoito de Brumário e também no Luta de classes na França, livro que o antecedeu e lhe serviu de base, Marx concebe a cena política nas sociedades capitalistas, que é o espaço de luta entre partidos e organizações políticas, como uma espécie de superestrutura da luta de classes e de frações de classe, que formam aquilo que poderíamos de-

nominar a base socioeconômica da cena política. A cena política é uma realidade superficial, enganosa, que deve ser desmistificada, despida de seus próprios termos, para que se tenha acesso à realidade profunda dos seus interesses e dos conflitos de classes. (BOITO JR., 2002, p. 129).

Uma primeira etapa desse processo político-social foi vencida. Novas formas de ação penetraram na superestrutura da luta de classes e modificaram a conjuntura. Foram criadas novas perspectivas de enfrentamentos que avançaram para medidas que ainda estão tentando desorganizar o aparato de Estado da democracia formal (burguesa), aqui entendida pelas pistas da teoria social marxista como,

forma de Estado em que a classe social exploradora (capitalistas) logra, por predominar invariavelmente no Parlamento, formalmente aberto a todas as classes sociais, repartir com a burocracia de Estado a capacidade de definir e implementar a política de Estado. Também é, correlatamente, o regime político no qual a competição partidária com vistas à conquista do controle do Parlamento existe, mas é dominado invariavelmente pelos partidos políticos objetivamente comprometidos com a conservação do capitalismo. (SAES, 1987, p. 87).

Todavia, mesmo com essa caracterização da democracia formal e o entendimento de que ela age para impedir a presença dos trabalhadores na competição política, o proletariado precarizado e a juventude sem perspectiva de futuro apontam para bandeiras políticas que superam a pauta de defensiva da vanguarda e dos movimentos populares.

Torna-se premente compreender que a dinâmica da conjuntura de convulsão social se movimenta para criar uma nova pauta para o operador político. Portanto, para análise desse quadro conjuntural de longa duração é importante recorrer à teoria social marxista, na medida em que seu método responde a análise concreta de situações concretas pela histórica validade demonstrada. Sendo assim, a convulsão social se transformou numa categoria explicativa para se tentar entender os acontecimentos que advêm do imprevisível, que surgem de formas abruptas de participação - que nem sempre contam com agentes progressistas no processo de mobilização - e que colocam em disputa as clássicas formas de vanguarda no

processo de manifestação do contraditório político como instrumento para fomentar e dirigir as lutas que estão em curso.

FORMAS DE LUTAS QUE TÊM ABALADO A CONJUNTURA VELOZ

Essa cena política turva e em disputa tem despertado uma questão que merece muita atenção. A crise sistêmica e a complexidade da conjuntura contribuem para afirmar a presença de outros atores que se utilizam de táticas da ação direta, para fortalecer o campo da luta política que em tese teria uma autonomia de ação. Essas táticas de luta começaram a sacralizar, com o apoio da mídia burguesa no primeiro momento, o espontaneísmo das massas que foram convocadas para as ruas e protestos pelas *Redes de Contágio*.

As chamadas redes sociais, instrumento lacônico da difusão dos interesses do mercado e de ação do pretérito onguismo dos departamentos da lógica pós-moderna, não são vanguarda porque, evidentemente, não cumprem papel na modificação da qualidade do processo de transformação social no Brasil. Seu papel, enquanto *Rede de Contágio*, é a difusão de pautas dentro da ordem capitalista para o reequilíbrio da sociedade de mercado, permitindo amplo espaço para os serviços de inteligência do aparato de Estado da burguesia e para que a ação de núcleos reacionários, conservadores e neofascistas possam desenvolver seus objetivos. Todavia, é um espaço de disputa no campo da organização das lutas e do debate de ideias que deve ser usado com as devidas preocupações por parte dos lutadores sociais e das organizações de caráter revolucionário.

O fogo da conjuntura, também, enquanto movimento veloz que tem impactado a cena política, inspira novas lutas por recomposição dos direitos, mobilizando trabalhadores que adentram as ruas, avenidas, portas de palácios e Parlamentos. São táticas e formas de luta desenvolvidas por ação direta e que também tem se apresentado como instrumento de unidade do campo contra-hegemônico e em alguns momentos em aliança com setores da esquerda revolucionária em toda a sua diversidade política. A ação direta, mesmo tendo alguns questionamentos, continua conclamando para essa luta, sem hegemonismos, os sujeitos históricos que poderão desafiar a ordem e impactar o difuso campo popular neste momento es-

sencial da luta de classes, quando setores orgânicos à classe estão em ebulição. Portanto, é um momento importante para a presença do operador político, conceituado aqui como um instrumento que advém da relação dialética entre formulação e prática social que indica uma tradição, uma cultura política e a luta por um objetivo estratégico radical como forma de transformação da sociedade capitalista.

O momento é extraordinário para impedir que os passos que foram construídos pelo caldo de cultura da barbárie social, alimentada pela burguesia monopolista, avancem. Faz-se necessário construir, paulatinamente, uma correlação de forças que possa frear a xenofobia, o chauvinismo, o reacionarismo social, enfim a manifestação de comportamentos e posições típicas de uma postura neofascista. Contudo, sem deixar para o segundo plano a preocupação com o ressurgimento do fascismo, vale dizer:

com efeito, se o fascismo deve ser situado no quadro de um estágio determinado do desenvolvimento capitalista, é evidente que esse estágio não chega para explicar o fascismo: o Estado 'intervencionista' não se reveste necessariamente de forma fascista. O que indica, portanto, que o fascismo corresponde a uma conjuntura específica da luta de classes. Mas é preciso ir mais longe: o fascismo, efetivamente, não constituiu uma simples forma diferencial do estado capitalista num estágio determinado do seu desenvolvimento. O fascismo constitui uma forma de Estado e uma forma de regime "limite" do Estado capitalista. (POULANTZAS, 1978, p. 63).

A juventude e os trabalhadores precarizados insistem em permanecer nas ruas. Os governos que no primeiro momento ficaram estupefatos e claudicantes, partem, para no segundo momento, movimentarem a institucionalidade do Estado da democracia formal (burguesa), utilizando os instrumentos da repressão.

É fácil perceber a efetividade de ações que são desenvolvidas pelo aparato do Estado e que contam com o apoio da mídia reacionária consolidada como agência do aparelho de Estado capitalista, para manter os princípios do seu regime político. Por outro lado, os segmentos populares tentam organizar através das agências contra-hegemônicas, a reação dos trabalhadores contra o projeto do capital de desmonte dos serviços públicos. A movimentação da juventude e dos trabalhadores demonstraram forte

impacto social quando paralisaram os serviços de trens, metrô, portos, rodovias, estádios, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Palácios de governos. Ao lado disso, ficou nítida a indignação dos manifestantes contra a ostentação do poder econômico representada por lojas, bancos e outros ambientes da burguesia.

As massas nas ruas contribuem para desvelar a cena política, estão impactando a conjuntura e ampliaram as balizas políticas da convulsão social a partir de novas articulações com segmentos organizados da classe trabalhadora, através de greves e manifestações que ocorreram nos dias de paralisação de meados do ano de 2013 por todo o Brasil. Sem dúvida, um conjunto significativo de lutas que se somaram às ações diretas foi usado naquele momento de ampla convulsão social. No entanto, esses lutadores não contam com a presença significativa e determinante do operador político, enquanto vanguarda histórica, balizado pelos interesses estratégicos da classe trabalhadora. Essa vanguarda, notadamente entendida como a esquerda revolucionária, ainda não conseguiu movimentar, de forma representativa, as suas forças e principalmente a classe que tenta representar: a classe operária.

A cena política movimentada por uma conjuntura veloz nos permite visualizar as brechas que foram abertas na institucionalidade burguesa e que isso é fundamental para que se possa agir nas contradições do processo. O que está sendo decidido não é, por enquanto, a questão do poder político que se terá; o que está na ordem do dia a partir do aprendizado dessas manifestações, pautadas pela convulsão social, é que existe a possibilidade concreta dessas lutas, ao serem vitoriosas, colocar em xeque a hegemonia que se tem. Mesmo entendendo que a disputa/luta pela hegemonia passa por um complexo enfrentamento que transforma a correlação de forças em algo determinante para entender o processo de luta política, pois

o exercício 'normal' da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre consenso e a força, situa-se a concepção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes,

seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias. (GRAMSCI, 2007, p. 95).

No entanto, é importante observar que o processo de afirmação da hegemonia dentro do regime político da democracia formal contou com o processo que

incorporou demandas, realizou as aspirações da nação, assimilou economicamente grupos sociais, transformou sua cultura na cultura de toda sociedade. O alargamento da base histórica do Estado foi, assim, acompanhado pela expansão econômica e política da própria burguesia. Para Gramsci, o regime político-parlamentar era o resultado desse processo de expansão, expressando a sociedade civil no interior da própria sociedade política. (BIANCHI, 2008, p. 259).

Essa é a lição que se deve extrair desse cenário de crise e de primeiro momento de enfrentamento político e social. Mas, também, entender que a institucionalidade da democracia formal (burguesa) vai tentar descaracterizar a movimentação social. Os meios de comunicação se comportarão, como sempre, como agência do aparelho de Estado para, mais uma vez, descaracterizar as manifestações e produzir uma leitura ideológica que contribua para não o desvelamento da cena política, operando para difamar as lutas em curso e tentando impedir a movimentação política das massas. Sabendo que,

o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer. (GRUPPI, 2000, p. 3).

Mesmo ainda embrionários, sem uma vanguarda que os oriente no sentido da construção de um projeto alternativo ao do capital, esses movimentos fazem parte de um todo contestatório de caráter mundial que, com o acirramento da luta de classes em função da ofensiva do capital, poderá evoluir para um movimento internacional mais organizado e com

objetivo de construção de alternativas à barbárie, que a ordem do capital está introjetando no mundo.

AS ORIGENS DO REFORMISMO APASSIVADOR SUBSUMIDO AO BLOCO NO PODER

Esse contexto de crise, anteriormente debatido precisa ser entendido a partir de algumas premissas que estão balizando, no Brasil, a longa conjuntura política. Portanto, é necessário entender a genética político-histórica do processo para tentar desvelar a cena política e suas contradições.

O fenômeno da social-democracia se apresentou de forma tardia no conjunto das formações sociais onde o capitalismo teve dificuldade para se estabelecer, configurando-se como uma experiência da lógica tardo-burguesa. Numa análise mais profunda, pode-se caracterizar que Portugal e o Brasil se enquadram nessa perspectiva da social-democracia tardia (SECCO, 2011), embora Portugal, dentro de outro marco interpretativo. No entanto, nesses dois países, primeiro surgiu a presença dos comunistas na cena política e, só depois de um longo período, a social-democracia enquanto parceira conflitiva do capital.

A presença tardia desse espectro político entre nós é uma tentativa de reconfigurar a luta por demandas políticas e corporativas em atraso, numa perspectiva de radicalizar as lutas populares e sindicais no Brasil. Diferentemente de Portugal, em virtude do seu processo histórico de revolução burguesa, essa representação do tardo-capitalismo no Brasil emergiu para a política durante a crise da ditadura burgo-militar de 1964, como representação da movimentação dos trabalhadores no final dos anos 1970, quando conseguiu articular e organizar as lutas do operariado no setor mais dinâmico do capitalismo e, até mesmo, de segmentos debilitados politicamente da sociedade, em reivindicações que envolviam os trabalhadores do campo, da cidade e setores médios da população. No momento, apenas contribuíram para reconfigurar a presença da burguesia interna na engrenagem do capitalismo no Brasil e na América Latina (BOITO JR., 2011).

Por outro lado, a presença da social-democracia no Brasil, cumpriria o papel esperado e articulado pela burguesia, que era a perspectiva de superar o risco da luta histórica representada pela presença dos comunistas no cenário político brasileiro. Contudo, apesar do reformismo estratégico

do PCB e do seu taticismo policlassista, de então, os comunistas brasileiros eram vistos pela burguesia no Brasil como um inimigo a ser colocado fora de combate (CARONE, 1982; VINHAS, 1982). Para essa tarefa havia contado com a ditadura burgo-militar que destróçou organicamente o PCB com prisões, torturas, assassinatos e o desterro de milhares de comunistas naquele período histórico (PINHEIRO, 2012). No entanto, ainda, é necessário registrar que o PCB chegou ao processo de resistência (democrática) ao golpe burgo-militar como força política que havia sido derrotada sem combate (GORENDER, 1987) nas contendas em que se saíram vitoriosas as forças reacionárias que realizaram o Putsch de 1964, contra o governo João Goulart.

O golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiam perplexos à demolição de seus ideais. Logo se fazia sentir sobre o conjunto da esquerda o ‘terremoto’ de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar a cena política. (RIDENTI, 2010, p. 29).

Durante a crise da ditadura burgo-militar na longa transição, surgiram as propostas teórico-políticas do que podemos qualificar como petismo (ALMEIDA, 1998). Esse projeto político encontra-se dentro do processo de superação/afirmação da autocracia burguesa e numa nova legalidade da democracia formal ainda de extração bonapartista (BARSOTTI, 2002; DEMIER, 2013).

Esse projeto se consubstanciou pela realização de ações radicalizadas na cena política, com um programa radical de reformas na ordem do capital, os quais haviam sido desprezadas ou não concluídas pela burguesia (FERNANDES, 2006) no longo ciclo da revolução burguesa no Brasil. Pode-se afirmar que, apesar do encerramento desse ciclo da longa revolução burguesa nas relações de produção no Brasil, com o projeto de “Brasil potência” representado nos dois PNDs da ditadura burgo-militar (CARNEIRO, 2002), o petismo acreditava poder, mais na frente, através de reformas, superar as tarefas não cumpridas pelo processo dessa revolu-

ção tardo-burguesa. Portanto, a pauta da luta política acenava para a superação da autocracia burguesa a partir desse projeto da social-democracia tardia de caráter democrático-popular, que radicalizava as ações da prática política, no entanto dava continuidade ao projeto etapista da revolução democrático-nacional.

Não obstante, é importante compreender que esse “inspirador” projeto da social-democracia tardia tornou-se vitorioso no PT e nas suas frentes de massas, consolidando no Brasil um operador político policlassista que tem como tarefa central, a partir do transformismo (GRAMSCI, 2002), desenvolver o politicismo policlassista para fazer mediações e disputas no espaço institucional da ordem e não contra a ordem do capital. Contudo, ainda se faz importante um registro histórico: o PC do B, legenda criada em 1962, articulada pela estratégia nacional-democrática de corte doutrinária, abandonou bandeiras históricas da sua retórica socialista (após o VIII Congresso do partido e da morte do seu líder comunista João Amazonas) para integrar o projeto da lógica política burgo-petista. Essa requalificação política à direita do PC do B se consolidou a partir de um nacionalismo conformado na ideologia burguesa, no igualitarismo genético-liberal e no neodesenvolvimentismo monopolista. Este último, consorciado ao capital internacional, como se pode observar no papel da ANP na questão dos leilões do petróleo durante a gestão do Sr. Haroldo Lima e na articulação/confecção do código florestal, do deputado Aldo Rebelo em conluio com o agronegócio.

Essa social-democracia profundamente reformista, enquanto perspectiva que tenta se qualificar como de esquerda orienta-se por duas posturas. A primeira (PT), que considera que o problema do capitalismo está na distribuição de renda, portanto, a luta é contra a desigualdade e por reformas distributivas que acumulem forças para uma perspectiva de transformação social dentro da ordem. Sendo assim, bastam as políticas públicas de fundo compensatórias. A segunda (PC do B), conectada pelo ideário dogmático que se dizia socialista da II Internacional, argumenta que a saída para o capitalismo está na mudança das estruturas. Sendo assim, analisa que a questão central e de maior interesse para os trabalhadores é lutar para se ter um amplo desenvolvimento das forças produtivas. Essa compreensão de ordem dogmática e pretérita do PC do B tem como obje-

tivo consolidar uma perspectiva político-econômica que, a partir do aparato de Estado, realize o grande desenvolvimento do capitalismo no sentido de movimentar as estruturas e contribua, assim, através do desencontro das forças produtivas com os trabalhadores, pela negação do capitalismo, para se chegar ao socialismo.

No entanto, no campo daqueles que lutam para derrotar a ordem do capital se compreende que esse mundo em convulsão precisa de uma vanguarda conectada com seu tempo histórico, capaz de congregiar uma estratégia contra-hegemônica e interessada em resolver os problemas da unidade do bloco revolucionário do proletariado (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2009) - com base nesse approach - desenvolve suas ações tendo em vista a possibilidade de que, quando os trabalhadores se movimentarem e entrarem com força na cena política, se tenha o protagonismo da classe.

Esse operador político (PINHEIRO, 2011) é um sujeito coletivo, dotado de um projeto de classe universalizante, que procura ter dialeticamente densidade de formulação (conexão com a realidade concreta) e prática político-social compatíveis com as tarefas que serão necessárias para movimentar o conjunto dos trabalhadores em seu projeto de poder, objetivando colocar em xeque a ordem do capital e suas instituições burguesas. Portanto, uma das questões centrais é a organização do operador político como instrumento de vanguarda visando exercitar uma tática que possa romper com os impasses gerados pela crise de subjetividade da classe e movimentar o bloco revolucionário do proletariado no sentido de efetivar o seu projeto histórico e construir a sua hegemonia. “[...] Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação. Lênin, ao contrário, entende por hegemonia sobretudo a função dirigente.” (GRUPPI, 2000, p. 11).

Nesse processo complexo da cena política em curso, o papel dos lutadores sociais, a partir do que tem sido demonstrado neste momento de convulsão, tem sido o de fomentar de forma mais ampla possível a politização das suas ações, através das lutas por demandas que estão sendo massacradas pela expropriação social patrocinado pelos governos do capital. Além disso, tem se demonstrado nesse contexto a necessidade de se educar os lutadores e os trabalhadores neste processo social movimentado

por variadas formas de lutas. As ações diretas têm dado os primeiros passos para que se desenvolva a unidade do campo contra-hegemônico visando a construção de uma possibilidade de mobilização do proletariado nessas e noutras batalhas que poderão vir a ocorrer na história do tempo presente.

NOVAS CARACTERÍSTICAS DO FASCISMO: ASSALTAR O ESPAÇO POLÍTICO DA CRISE

As dificuldades para a reprodução sócio-metabólica do capital, enquanto acontecimento político, possibilita o despertar do “alarme de incêndio” na sociedade em tempos de crise. A sociedade tardo-burguesa, na aurora do século XXI, mostra-se incapaz de produzir uma solução estratégica que possibilite a saída da crise e, ao mesmo tempo, dê continuidade à lógica capitalista. No entanto, continua em vigor a manutenção do seu projeto societário através de agressivos ajustes ideológicos e de transformações no aparato do Estado capitalista.

Essa situação de crise cresceu, expandiu-se sobre a sociedade e consolidou-se numa crise sistêmica que está colocando em xeque as instituições da ordem burguesa e o sistema capitalista, expondo a crescente erosão institucional desse sistema predatório (NETTO, 2012).

A particularidade mais visível da crise sistêmica global, que é a crise financeira mundial, já se estende por um período de mais de seis anos e continuará por um tempo ainda mais longo. Nesta questão, através da teoria social marxista, podemos afirmar que não existe uma causalidade única para a crise, mas, examinando esse processo, a partir das descobertas científicas de Marx n’O Capital (MARX, 1982), pode-se concluir que essa crise tem na superprodução, seu elemento determinante. Apesar de o Estado burguês ter injetado uma quantidade substancial de recursos para evitar o aprofundamento da crise, o equilíbrio do sistema está cada vez mais distante.

O que se apresenta como características relevante do capitalismo é a anarquia social da produção, o descompasso entre oferta e demanda tem aprofundado a erosão do sistema, gerando pobreza para o conjunto dos trabalhadores e luxo exorbitante para a burguesia. Apesar do aporte de cifras substanciais por parte do fundo público - algo em torno de alguns trilhões de dólares para evitar o colapso do sistema bancário - a fome ataca

centenas de milhões de pobres em todo o mundo e tem aprofundado o pauperismo dos trabalhadores (ENGELS, 2010).

Esse ciclo de erosão societária está se remetendo a um processo de restauração tardo-burguesa. A degeneração ideológica do pensamento burguês falsifica e naturaliza a crise através da violência do Estado. Quando ataca os direitos sociais dos trabalhadores, quando avança sobre o fundo público, quando modifica a legislação para colocar em seu lugar regulações reacionárias que vão, via o aparato jurídico-político do Estado capitalista, fragmentando o arcabouço societário.

Começamos um período histórico em que a crise tem levado à abertura e ao desvelamento mínimo da cena política, quando o imponderável poderá se tornar realidade numa velocidade extraordinária. Os efeitos desse projeto de barbárie já se manifestam para além do aumento da recessão, do desemprego, do eclipse financeiro. Esses fatores se consolidam na crise de subjetividade dos trabalhadores, na xenofobia crescente que se alastra pela Europa e, até mesmo, na periferia de São Paulo (vide o tratamento dispensado aos bolivianos), no racismo que infesta os estádios de futebol na Europa, no rigor com que a “classe média” exige novas leis para punir os pobres (vide a campanha pela mudança na maioria penal no Brasil), nas legislações reacionárias de caráter fascistas que visam, entre muitas questões, impedir que os comunistas disputem as eleições (Hungria), no ascenso do populismo neofranquista na Espanha, no crescimento dos partidos fascistas na Grécia, Holanda, Itália, Áustria, Ucrânia, etc.

Ao examinar esse complexo panorama, notamos que é necessário acender o alarme de incêndio como um freio de emergência para conter a barbárie, como examinava Valter Benjamin. A crise sistêmica está erodindo as estruturas da institucionalidade burguesa e essa classe a partir das suas frações dominantes, estabelecidas no bloco no poder, começou a construir brechas para a ação do fascismo. As mortes na França e na Grécia de lutadores antifascistas e a situação da Ucrânia devem iluminar a compreensão sobre os caminhos a trilhar e as lutas a se desenvolver, diante da aventura do fascismo.

Ao retornar a questão do fascismo (KONDER, 2009) como instrumento de opção que a burguesia monopolista dispõe, podemos afirmar,

em síntese, que é uma possibilidade política de caráter social conservador, que se apresenta durante o período do imperialismo capitalista para tentar se consolidar no desenvolvimento do capitalismo monopolista, apresentando-se como um instrumento de modernização social de corte irracionalista, alimentado por uma cultura de consumo dirigido a partir da vigência do capital financeiro. Essa sociedade da lógica tardo-burguesa tem estimulado a guerra imperialista, desenvolvido o misticismo da aparência para fugir da ciência e da filosofia, se aquartelando nos “nacionalismos chauvinistas”, no anticomunismo e nas saídas da contrarrevolução permanente (governos da ordem neoliberalis).

Diante desse processo de emergência se faz necessário a “unidade da teoria e da prática”, como pensado por Marx. É importante acabar com o espaço político para a manobra fascista que se utiliza do pragmatismo radical, e de suas técnicas de propaganda, para fazer a disputa ideológica, agindo em campo aberto de forma “antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário”, aplicando, em muitos momentos a violência física, estabelecendo o medo e o terror.

OBSERVAÇÕES À GUIA DE CONCLUSÕES

A abertura e a possibilidade de desvelamento da cena política, com sua imprevisibilidade, está forjando um mundo em convulsão que tem movimentado milhões de trabalhadores em grande parte do planeta. Partem da indignação, se comportam de forma espontaneísta, balançam estruturas com greves e manifestações. A história do tempo presente está lançando uma palavra de ordem: urge a auto-organização dos trabalhadores. É tarefa de emergência histórica organizar a vanguarda para que, quando os trabalhadores se movimentarem, ter condições políticas de dirigir as batalhas que a luta de classes acena.

Numa só palavra, os trabalhadores precisam da construção do operador político enquanto sujeito coletivo que tenha capacidade de formular e agir a partir de um projeto orgânico aos seus interesses. Esse operador político se constitui de forma diversa para, a partir da unidade do bloco revolucionário do proletariado, fazer o enfrentamento à ordem do capital, impedindo assim que o fascismo em seu novo ciclo vença. Ao mes-

mo tempo, esse instrumento de vanguarda, orgânico aos trabalhadores, deverá criar as possibilidades políticas para construir os caminhos que possam levar à revolução e à transição socialista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. (Org.). *Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BOITO JR. A. *A nova fase do capitalismo neoliberal no Brasil e a inserção no quadro político da América Latina*. In: ALIAGA, L.; AMORIN, H.; MARCELINO, P. (Org.). *Marxismo: teoria, história e política*. São Paulo: Alameda, 2011. P. 125-140.

_____. *Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, n. 15. p. 127-139, 2002.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARONE, E. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982. 3v.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde São Joaquim Venâncio; Editora da UFRJ, 2010.

GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

_____. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAMPEDUSA, T. *O Leopardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Difel, 1982. v. 1.

PAULO NETTO, J. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 111, p. 413-429, 2012.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Resoluções do XIV Congresso nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2009.

PINHEIRO, M. *Operador político, luta de classes e transição*. São Paulo: Mimeo, 2011.

_____. Operador político, movimentos sociais e lutas antissistêmicas. In: PINHEIRO, M. (Org.). *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 25-72.

_____. A ditadura militar no Brasil e o massacre contra o PCB. *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, 29 nov./15 dez. 2012. Edição n. 509. p. 9.

_____. *O governo petista como operador político da burguesia no Brasil*. São Paulo: Mimeo, 2013.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense, 1971.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAES, D. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

SECCO, L. *História do PT*. São Paulo: Ateliê, 2011.

VINHAS, M. *O partidão*. São Paulo: Hucitec, 1982.

